



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de unidade curricular

Curso de Mestrado em Ciência Jurídica

Unidade curricular

Direitos Fundamentais

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

Paulo Manuel Cunha da Costa Otero – 2 horas semanais

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

Não existiram outros docentes

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

Como é próprio de uma unidade curricular no ensino pós-graduado, são seus objetivos proporcionar abordagens aprofundadas e monográficas aos temas da vanguarda científica, fomentando aptidões de investigação, de análise, de crítica e de debate desses temas, de forma a habilitar os participantes a tornarem-se protagonistas do progresso teórico nas suas áreas de especialização.

Como a designação "Mestrado" sugere, o resultado ideal deste grau de ensino é a aquisição de competências docentes, na dupla vertente de investigação e pedagógica, mas não se ignorará que, mesmo sem se perder de vista esse ideal e sem se lhe comprometer o alcance, a frequência desta unidade curricular pode constituir uma ocasião para a extensão, aprofundamento, crítica e consolidação de conhecimentos da parte daqueles que queiram manter ou renovar o contacto com a Universidade sem necessariamente terem no seu horizonte a carreira docente.

Para estes outros, o domínio de um ramo de saber, o contacto com o seu progresso científico, o desafio ao debate e à crítica, valerão como oportunidades para a consolidação de capacidades de investigação, de exposição e de síntese, a serem avaliados como investimentos em capital humano nos respetivos setores profissionais

Conteúdos programáticos

Tema: *Direitos e liberdades contra legem*

Programa

§1º - Introdução: o sistema português de direitos fundamentais

§2º - Conceito e fundamento de direitos e liberdades fundamentais *contra legem*

- 2.1. A incorporação sistémica da atuação *contra legem* e a sua qualificação como direito fundamental
- 2.2. O mito da onipotência do Estado em definir os direitos e liberdades fundamentais: do totalitarismo estadual à sociedade aberta
- 2.3. Os direitos e liberdades fundamentais como realidade anterior e superior ao Estado: a subordinação do Estado aos direitos e liberdades fundamentais
- 2.4. Direitos e liberdades fundamentais *contra legem* dentro da juridicidade e dos limites da licitude
- 2.5. Idem: a limitação da intervenção legislativa sancionatória – a restrição da intervenção criminalizadora
- 2.6. (...)



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

§3º - A perspetiva histórica dos direitos e liberdades *contra legem*

- 3.1. O problema clássico da obediência ao direito injusto – o caso de Antígona
- 3.2. O direito à insurreição – as colónias norte-americanas e a Constituição francesa de 1793
- 3.3. A desobediência civil – da escravatura à segregação racial
- 3.4. (...)

§4º - Principais exemplos de direitos e liberdade *contra legem*

- 4.1. Liberdade de pensamento
- 4.2. Liberdade de consciência
- 4.3. Liberdade de expressão
- 4.4. Liberdade política
- 4.5. Liberdade religiosa
- 4.6. Liberdade de cátedra
- 4.7. Direito à autorregulação deontológica das associações públicas
- 4.8. Direito de resistência
- 4.9. Direito à objeção de consciência
- 4.10. Direito de não praticar ou colaborar na prática de uma injustiça
- 4.11. Direito à desobediência civil?
- 4.12. Direito de insurreição?
- 4.13. (...)

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

Proporcionar abordagens aprofundadas e monográficas aos temas da vanguarda científica, fomentando aptidões de investigação, de análise, de crítica e de debate desses temas, de forma a habilitar os participantes a tornarem-se protagonistas do progresso teórico nas suas áreas de especialização.

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

- Realização de apresentações orais de temas escolhidos, com discussão posterior;
- Elaboração de relatório escrito sobre um tema escolhido dentro de uma lista previamente facultada;
- Realização ainda de um pequeno trabalho escrito de reflexão sobre um tema comum a todos os alunos;
- O desempenho oral e escrito do aluno é ponderado numa nota final unitária.

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

A metodologia de ensino praticada na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa permite aos estudantes:

- Desenvolver e aprofundar conhecimentos em matérias lecionadas no 1º ciclo;
- Abertura a novos ramos do conhecimento jurídico;



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- Aprofundar a capacidade autónoma de investigação.

Bibliografia principal

OTERO, Paulo – “*O direito fundamental à objeção de consciência: a consciência como limite à força operativa do Direito*”, in ANTÓNIO BAGÃO FÉLIX / PAULO OTERO / PEDRO AFONSO/ VICTOR IL (Coods.), *Temas de Ética – reflexões e desafios*, Principia, Cascais, 2022, pp. 227 ss.

TELES, Miguel Galvão – “*Liberdade de consciência e liberdade contra legem*”, in *Prof, Doutor João Galvão Telles – 90 anos, Homenagem da Faculdade de Direito de Lisboa*, Coimbra, 2007, pp. 21 ss.